EDITORIAL

DOSSIÊ EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS, PROCESSOS E PRÁTICAS

Os textos que se constituem objeto desta publicação são decorrentes do esforço empreendido por 27 pesquisadores que há muito vêm desenvolvendo, de forma aguerrida e rigorosa, estudos e pesquisas acerca da Educação Especial e da inclusão escolar. Tais pesquisadores estão vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas, abrangendo o Distrito Federal e sete estados brasileiros: Distrito Federal (Universidade de Brasília/UnB); Maranhão (Universidade Federal do Maranhão/UFMA); Pará (Universidade do Estado do Pará/UEPA); Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e Universidade Federal de Santa Maria/UFSM); Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC); São Paulo (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e Universidade Estadual de Campinas/Unicamp); Rio de Janeiro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ) e Mato Grosso do Sul (Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ UFMS e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS).

A abrangência e a diversidade de origem e de temas tratados no conjunto dos trabalhos aqui apresentados representam uma ampla amostra da produção no campo da Educação Especial no Brasil e têm a pretensão de contribuir com esse campo de pesquisa e de produção de conhecimento, bem como com o processo educacional da população a qual se destina, sobretudo das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, no primeiro artigo, "O que os dados do Censo Escolar revelam sobre as barreiras à inclusão escolar?", Adriana Lia Friszman de Laplane analisa dados recentes do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o objetivo de dar visibilidade aos aspectos que, para além do aumento de matrículas, ainda devem ser objeto da análise da política. A autora chama atenção para o fato de que os dados de matrícula constituem, também, uma boa fonte de reflexão quando se trata de identificar as barreiras que ainda permanecem na escolarização da população-alvo da Educação Especial.

O segundo texto, "Deficiência e acessibilidade: concepções de gestores estaduais que atuam na implementação da política pública de Educação Inclusiva", Sinara Pollom Zardo e Soraia Napoleão Freitas, a partir da análise de entrevistas narrativas com gestores estaduais que atuam na implementação da política de inclusão, buscam identificar as concepções de tais profissionais sobre a deficiência e sua relação com o processo de implementação de ações para a garantia da acessibilidade como condição para a efetiva inclusão escolar. Duas tendências foram identificadas nas dimensões conclusivas da pesquisa: a deficiência compreendida como dimensão humana, que

remete à acessibilidade como um direito fundamental e afirma o direito à educação; e a deficiência como um atributo do sujeito, que se refere ao dever da oferta de recursos e serviços específicos, vinculado à priorização da execução burocrática da política pública.

Claudio Roberto Baptista e Mayara Costa da Silva, no artigo "Formação, cotidiano(s) e Educação Especial", propõem uma reflexão acerca da formação de professores relacionada à inclusão escolar, com foco nos processos que valorizam a experiência docente como constitutiva de um percurso formativo. Os autores concluem que foi possível perceber a importância do planejamento de ações de maneira coletiva, de forma que o grupo passa a representar, para estes docentes, um apoio contínuo no desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola.

"Modelos de formação do professor de Educação Especial: estratégias de consolidação da política educacional" é o texto das autoras Rosalba Maria Cardoso Garcia e Kamille Vaz, que analisam os modelos de formação de professores de Educação Especial em meio às políticas educacionais do início do século XXI, identificando três modelos de professor apreendidos na análise da formação: o professor generalista, o professor especialista e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No artigo "A política de formação de professores do Ensino Fundamental para atender alunos da Educação Especial", Maria Helena Michels e Márcia de Souza Lehmkuhl analisam a política de formação de professores do Ensino Fundamental que atendem alunos considerados deficientes, investigando proposições de formação inicial e continuada de professores no Brasil e, especificamente, em Santa Catarina no período entre 2005 e 2009. As autoras destacam que as proposições de formação continuada de professores nessa área não rompem com as vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica presentes historicamente no ensino para os sujeitos da Educação Especial, além de evidenciar que as propostas analisadas não rompem com o que vem sendo indicado para os professores de maneira geral.

O estudo **"**Formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva e os planos de educação" de autoria de Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho e Andréa de Jesus Lemos Souza aborda os planos de educação – nacional, do Maranhão (MA) e do município de São Luís (MA) − e suas implicações para uma educação pública para *todos*, inclusive os que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O artigo "A formação dos professores especializados segundo os pesquisadores do Observatório Nacional de Educação Especial", dos autores Enicéia Gonçalves Mendes, Leonardo

Santos Amâncio Cabral, Sabrina Mazo D'Affonseca e David dos Santos Calheiros, trata da formação de professores especializados e constata que esses indicaram não somente lacunas, mas possibilidades de caminhos que direcionam para a melhoria na qualidade da formação inicial e continuada de professores especializados.

Morgana de Fátima Agostini Martins, Aline Maira da Silva e Hellen Cristiey Batista de Melo, no texto "Aspectos da formação de professoras de Salas de Recursos Multifuncionais no município de Dourados (MS)", analisam a formação inicial e continuada de professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) no município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, e apontam as dificuldades, anseios e necessidades dos profissionais em atuação no atendimento do público-alvo da Educação Especial.

No artigo "O professor de língua espanhola em contexto de Educação Inclusiva: desafios e perspectivas no ensino para deficientes visuais", Caroline Veloso da Silva e Katia Regina Moreno Caiado propõem uma discussão a respeito do ensino de língua espanhola em interface com a Educação Inclusiva, especificamente no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual, e destacam as possibilidades pedagógicas nesse contexto específico, apontando, também, a importância de uma prática planejada e intencional com os alunos em tela.

A autora Andressa Santos Rebelo, no texto "A Educação Especial, a Sala de Recursos e outros serviços especializados no Brasil (1973-1986)", analisa a Educação Especial, a Sala de Recursos e outros serviços especializados previstos nos documentos educacionais (normativos e orientadores), no Brasil, no período entre 1973 e 1986, a fim de estabelecer: de que forma se definem as Salas de Recursos nos documentos do Ministério da Educação e da Cultura (verificando se há identificação com atendimento especializado); como se desenvolve o conceito de atendimento especializado oferecido nas Salas de Recursos em cada documento, verificando o momento em que é introduzido o termo "Atendimento Educacional Especializado" (AEE); e quais serviços estavam previstos como atendimento especializado.

Flávia Faissal de Souza e Márcia Denise Plestch, no artigo "Atendimento Educacional Especializado: das diretrizes políticas à escolarização dos alunos com deficiência intelectual", apresentam uma discussão sobre o lugar do AEE na política de Educação Especial e o seu papel no processo de escolarização dos alunos com deficiência intelectual, concluindo que o papel do AEE não é claro no processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual.

Com o estudo "Práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula comum em diálogo com as Salas de Recursos Multifuncionais: atendimento educacional e aprendizagem com sucesso", Ivanilde Apoluceno de Oliveira e Kátia do Socorro Carvalho Lima analisam a prática pedagógica inclusiva de uma professora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, no Pará, buscando verificar a interação entre a prática pedagógica desenvolvida pela professora na sala comum com os docentes das Salas de Recursos Multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado e identificar como as atividades educacionais são planejadas, executadas e avaliadas, visando a inclusão e o sucesso escolar de alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento.

O último estudo que compõe este dossiê é de autoria de Celi Corrêa Neres e Nesdete Mesquita Corrêa, que tratam sobre "Tecnologias Assistivas no processo de escolarização de alunos com deficiência sensorial". As autoras discutem o uso da Tecnologia Assistiva (TA) no atendimento de alunos com deficiência sensorial em Salas de Recursos Multifuncionais com vistas a contribuir para a discussão dos processos e práticas de escolarização dos alunos com deficiência auditiva, com surdez e/ou deficiência visual.

Em face ao exposto, fica o convite à leitura do coletivo de trabalhos aqui apresentados que, conforme já anunciado, dedica-se a tornar público textos que retratam estudos e pesquisas no campo da Educação Especial, com o intento de possibilitar a reflexão e fazer valer o papel político do pesquisador que, por meio da produção e da divulgação, pode levar à (re) construção de práticas educacionais que contemplem, de fato, todos, especialmente aqueles que são público-alvo da Educação Especial. Espera-se que essa, efetivamente, seja a contribuição desta obra.

Profa. Dra. Nesdete Mesquita Corrêa [UFMS]

Profa. Dra. Celi Corrêa Neres [UEMS]

Organizadoras do Dossiê "Educação Especial e inclusão escolar: diálogos sobre políticas, processos e práticas"